

Gros com banqueiros...

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

acreditam que os credores reconhecem seus interesses coletivos e nenhum banco iniciará um processo que pode precipitar a crise que todos estão empenhados em evitar.

E uma atitude semelhante à que o governo adotou em face da iniciativa do Citicorp, na semana passada, de comunicar às autoridades supervisoras do mercado de ações a possibilidade de vir a ter de colocar seus empréstimos para o Brasil na situação de "non performing". Gros afirmou que considerava a decisão do Citi normal, evitando, assim, passar recibo a uma ação que, embora prevista pelos regulamentos, teve seu anúncio obviamente programado para tentar melhorar sua posição de barganha com o Brasil. Executivos de vários bancos ouvidos nos últimos dias por este jornal disseram que seus respectivos bancos não estão, por ora, "estes a seguir o exemplo do maior banco americano".

"Nós não nos incomodamos que o Citi sirva de pária-raios da comunidade financeira", disse a este jornal um representante do Bankers Trust. Há mais de uma explicação para esta atitude dos concorrentes do Citi. A razão de ordem prática é que vários credores, como o Bankers, têm contratos de empréstimos com o Brasil de vencimento semestral e poderão ter seus balanços menos afetados pela moratória do que os bancos que têm contratos com vencimentos trimestrais, caso uma solução seja negociada nos próximos meses.

Gros com banqueiros na reunião do BID

8 MAR
GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero
de Washington

O presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, e os executivos dos catorze bancos que integram o comitê de credores privados da dívida externa brasileira deve encontrar-se pela primeira vez no domingo, em Miami, disseram ontem fontes financeiras de Nova York. A reunião, que é aguardada com grande ansiedade pelos banqueiros, deverá ser o principal evento paralelo à reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que começa neste fim de semana. Na semana passada, Gros conversou durante duas horas com os representantes dos cinco bancos responsáveis pela direção do comitê e a administração das linhas de curto prazo.

De acordo com um curto telex de informação sobre a conversa, que a direção do comitê de bancos enviou aos mais de setecentos credores do País na sexta-feira passada, Gros disse aos banqueiros que a decisão do governo brasileiro de suspender os pagamentos da dívida foi tomada "por necessidade econômica", e não como "uma posição de negociação".

O presidente do BC comunicou aos banqueiros,

também, que o Brasil espera que as linhas de curto prazo, a vencer no próximo dia 31, continuem a ser renovadas "regularmente". Os banqueiros presentes à reunião insistiram com Gros "na grande importância" de ele ter um encontro "o quanto antes" com os catorze bancos do comitê.

(O vice-presidente da Área Internacional do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, demonstrou não acreditar que todos os bancos credores do Brasil adiram a um novo acordo formal de renovação das linhas de crédito de curto prazo, comerciais e interbancárias -- ver página 27.)

Fontes bancárias ouvidas por este jornal disseram-se "desapontadas" pelo que um alto executivo de um banco de Nova York chamou de "a nossa incapacidade de impressionar as autoridades brasileiras sobre a importância de o governo fazer alguma gesto, tomar alguma iniciativa com o sentido de tranquilizar a comunidade bancária, antes do próximo dia 31". Sem isso, afirmou um banqueiro familiarizado com a questão, "as linhas de curto prazo vencerão e deixarão de haver regras escritas para a renovação dos compromissos da dívida brasileira". Essa situação, acrescentou, "abre as portas para todo tipo de ações unilaterais dos dois lados".

Vários banqueiros têm assinalado a possibilidade de, em vista da decisão brasileira de suspender os pagamentos, algum credor tomar a iniciativa de declarar o País em "default". "Não creio que os grandes bancos estejam considerando essa opção, mas um banco regional americano, ou um banco europeu de menor porte, pode fazer isso. E, se algum credor tomar a iniciativa, isso pode criar uma reação em cadeia", alertou um executivo familiarizado com o tema.

Como Gros deixou claro em seu encontro com os banqueiros na semana passada, as autoridades brasileiras não dão maior importância à data de 31 de março e parecem dispostas a pagar para ver, pois

(Continua na página 27)

O ex-senador dos EUA Gary Hart defendeu ontem, em São Paulo, uma negociação mais ampla da dívida externa, uma crise internacional que pode ameaçar as democracias nascentes.

(Ver página 6)